

# **Autodefesas Comunitárias. O Poder Paralelo nos Bairros do Subúrbio do Rio de Janeiro.**

Maria Sarita Mota, Nelson Ricardo Mendes Lopes y Fábio Costa Peixoto.

Cita:

Maria Sarita Mota, Nelson Ricardo Mendes Lopes y Fábio Costa Peixoto (2008). *Autodefesas Comunitárias. O Poder Paralelo nos Bairros do Subúrbio do Rio de Janeiro. IX Congreso Argentino de Antropología Social. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales - Universidad Nacional de Misiones, Posadas.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-080/114>

## **Autodefesas Comunitárias O Poder Paralelo nos Bairros do Subúrbio do Rio de Janeiro**

Maria Sarita Mota  
Doutoranda em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ/Brasil)  
saritamota@gmail.com

Nelson Ricardo Mendes Lopes  
Mestre em Políticas Públicas (PPFH/UERJ/Brasil)  
nelsonmendeslopes@yahoo.com.br

Fábio Costa Peixoto  
Mestre em Planejamento Urbano (IPPUR/UFRJ/Brasil)  
fabiocope@gmail.com

### **Considerações iniciais**

A possibilidade de participar de um congresso de antropologia social na Argentina fez-nos pensar, em perspectiva comparada, sobre o problema da violência nos dois países. Não é nossa intenção realizar aqui tal estudo, mas um fato narrado por uma antropóloga argentina chamou-nos a atenção: a não existência de uma tradição sociológica e literária na Argentina em relação aos estudos da criminalidade urbana, ao contrário do que ocorre no Brasil e nos EUA.

Esta constatação foi realizada por Sofia Tiscornia (2001) na sua tentativa de perceber as tramas que configuram a violência nas interações cotidianas na cidade de Buenos Aires. As explicações possíveis foram arroladas pela autora em duas teses argumentativas. A primeira, diz respeito ao “Estado policial” e explica “como a questão da ordem urbana foi uma preocupação monopolizada pelas elites morais e subtraída então do debate democrático” (Tiscornia, 2001:115-116). A criminalidade urbana estaria nas mãos da polícia portenha que “privatiza a segurança em benefício próprio”. A segunda tese, decorrente da primeira, é a do “Estado terrorista” que, “durante a última ditadura militar, uma série de práticas e metodologias repressivas policiais, aplicadas sobre determinados grupos sociais, se estenderam sobre toda a sociedade e teceram uma *cultura do medo*” (*Idem*:117).

Essas duas teses ou, “a extensão dessas formas de ‘Estado’ sobre o corpo da sociedade civil e a concomitante dificuldade para construir sobre elas modos democráticos de interação social” (*Ibidem*,) explicaria, segundo a autora, a naturalização do poder de polícia na sociedade argentina e a ausência do tema da violência, da criminalidade, da insegurança urbana nos estudos acadêmicos.

Essa “autoritária cultura política” de que fala Sofia Tiscornia também é percebida por nós, brasileiros, em nossa longa história de autoritarismo, discriminação racial e desigualdade social. No entanto, uma vertente de nossa tradição sociológica sobre os estudos da violência do cotidiano (que podemos denominar de explicação ou interpretação política), reputa ao enfraquecimento das instituições estatais e das organizações policiais o aumento da criminalidade. Evidentemente, como já atestado por vários autores, as explicações da violência urbana e da criminalidade são muitas, podendo ser identificadas nas interpretações de viés econômico, político, social, cultural (Mesquita Neto, 2001; Soares, 1996). Esses estudos, emergentes no Brasil desde os anos 1970, são influenciados também pelos debates

públicos e políticos desde o processo de transição para a democracia ao final da década seguinte.

Apesar do fim do “Estado terrorista” e da renovação ou substituição das elites morais e políticas, das mudanças promovidas pela Constituição de 1988, ainda permanece incerta a estrutura do sistema de segurança pública no Brasil, principalmente em relação ao papel do Estado, da polícia e da sociedade civil. O surgimento do crime organizado e a dificuldade em combatê-lo; as políticas públicas ineficazes de controle da criminalidade e da violência urbana em nosso país revelam os conflitos institucionais na área da segurança pública e constituem a interpretação dominante para o fenômeno da violência social irradiada.

Essa situação também é percebida na Argentina. Destacamos uma pesquisa pioneira realizada pelo *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS) de Buenos Aires, sobre a violação dos direitos humanos durante o processo de reconstrução nacional argentino, na luta contra o terrorismo de Estado, com ênfase na violência policial.<sup>1</sup> Esses estudos dizem das dificuldades do Estado em manter o controle da ordem social no período final da ditadura, e anunciam o crescimento da violência urbana no país, propondo uma agenda de pesquisa.

O fenômeno do crescimento da violência urbana e da criminalidade nas cidades latino-americanas expõe questões estruturais e conjunturais do nosso continente e desafios a serem superados, na maioria dos países, por meio de estratégias internacionais de segurança pública, já apontada pelos estudiosos do tema. O crime organizado associado ao tráfico de drogas, ao comércio de armas, às ações das guerrilhas e do terrorismo fez diluir as fronteiras entre o interno e o externo, acirrando também os conflitos urbanos, principalmente em regiões onde o Estado perdeu o controle efetivo da manutenção da ordem pública.

No que se refere às diferenças regionais – as disputas entre os guerrilheiros e os contra-revolucionários que assumiram características e dinâmicas próprias na América Central e agora na Colômbia –, os grupos paramilitares estão presentes em alguns países da América Latina disputando territórios e clientelas, ocupando certas regiões de fronteiras, submetendo à violência as populações locais, enfim, criando poderes paralelos à revelia do Estado de direito. No Brasil, as milícias assumiram contornos específicos cuja explicação sociológica predominante aponta diretamente para a ausência do Estado no atendimento às necessidades mais elementares dos setores mais carentes da população.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, além das disputas territoriais que levam à vitimização dos moradores dos bairros do subúrbio, em uma demonstração de que “os excluídos da cidadania são mais vulneráveis aos efeitos mais cruéis da criminalidade violenta” (Soares, 1996:257), esses grupos “aproveitam-se de privilégios e prerrogativas inerentes aos cargos públicos exercidos pela maioria de seus integrantes, policiais e políticos com mandatos eletivos, infligindo na população um enorme sentimento de dominação, terror e descrédito pelos órgãos responsáveis pela aplicação da justiça e segurança pública”, de acordo com a análise do atual responsável pelas investigações da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (DRACO).<sup>2</sup> A manifestação desse fenômeno revela uma

---

<sup>1</sup> Ver “Muertes por violencia policial en Argentina”, Dossiê NEV, n.4, 1991, promovido pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP. Por ocasião do segundo encontro da Rede de Policiais e Sociedade Civil na América Latina, promovida no Brasil pela Viva Rio em 2006, o representante da *Fundacion Fundar, Justicia y Seguridad* apresentou dados estatísticos em relação à violência e aumento da criminalidade na sociedade argentina, argumentando que, “en general no han habido reformas profundas e importantes en los últimos años en las principales instituciones policiales y de seguridad”. Segundo Ignacio Romano, Diretor Executivo da entidade, as taxas de delitos contra as pessoas cresceram em torno de 178% entre os anos 1990 e 2003. As razões que corroboram na ineficiência do controle da violência são muitas, desde a forma de organização institucional (“la seguridad es competencia de los gobiernos provinciales y del Gobierno Nacional, cada uno en sus órbitas y jurisdicciones”), até a falta de vontade política e permanência de laços ideológicos, dificultando os processos de mudanças e reformas mais amplos na sociedade. Disponível em [www.comunidadese segura.org](http://www.comunidadese segura.org). Ver ainda Ana Paula Mendes de Miranda, “Análise comparada (Rio de Janeiro e Buenos Aires) das políticas de produção de registros estatísticos criminais”, 31 Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2007, disponível em [www.isp.rj.gov.br](http://www.isp.rj.gov.br)

<sup>2</sup> Jornal *O Globo*, 04 de maio de 2008.

“destituição social e uma destituição política que se reforçam mutuamente” (Diniz, 1995:2), levando alguns autores a reavaliar o processo de consolidação democrática em nosso país.

A garantia dos direitos civis é a base da democracia política e a violação desses direitos impostos às populações revelam a fragilidade do Estado. As milícias, em sua dimensão política, revelariam a formação de “dois brasis” sintetizados no caráter híbrido e contraditório institucional da nossa sociedade (Santos, 1993:100). A não-adoção de princípios democráticos ou a sua limitação social afetou consideravelmente a estruturação do poder político e, conseqüentemente, a atuação do Estado em cada área da cidade.

O enraizamento destes grupos na figura de líderes políticos locais e/ou (ex) representantes do poder público, principalmente no setor de segurança pública, foi possível graças à reduzida “politização da sociedade”. Portanto, a atuação do Estado esteve condicionada a interpelação de grupos políticos locais através de relações tipicamente clientelísticas. Tal fato denuncia a “função privada da política” que compreende a política como sendo apenas um instrumento para se atender a interesses privados e não como deveria ser, ou seja, de funcionar como uma arena de discussão da “coisa pública” em prol da coletividade. A saída para os conflitos aponta para o hobbesianismo social (Santos, 1993), ou seja, uma sociedade onde a segurança e a confiabilidade se reduzem ao estrito âmbito privado e os indivíduos são obrigados a defender a sua propriedade com a sua própria força, contribuindo para o surgimento de grupos armados que disputam um domínio territorial sobre algumas áreas da cidade.

Em última instância, nosso objetivo nesta pesquisa (a partir da observação da reação das populações dos bairros periféricos a essas violações), é também avaliar o papel do poder público como garantidor dos direitos civis. Sobre este último ponto, muito já foi discutido na literatura sociológica, e chegou-se a uma conclusão (não hegemônica e talvez polêmica) de que o processo de democratização não garante a superação da criminalidade: a criminalidade violenta “indicaria transformações culturais intensamente profundas e a forma de uma sociabilidade radicalmente nova que a teoria social tem muita dificuldade de apreender, na medida em que aponta para uma visão de mundo que lhe é exterior” (Machado da Silva, 1999:8).

A crer no autor, pensamos que os estudos dos bairros e suas populações forneceriam indícios para a construção de uma interpretação capaz de apontar essa “nova” forma de sociabilidade percebida pelo momento de “desconcentração da violência” em que vivemos. Embora o desafio maior apontado pelo autor seja o de “descobrir como os agentes do crime violento formulam as justificativas de seu comportamento e quais os significados culturais que eles expressam” (Machado da Silva, 1999:9), nossa intenção nesta pesquisa é bem mais modesta, mesmo que enuncie a problematização de processos societários contemporâneos.

Nossos agentes são os moradores dos bairros periféricos da zona oeste do município do Rio de Janeiro e nosso objetivo precípuo é ouvir suas falas; perceber como se vive e reage à violência urbana em áreas marginalizadas – compreendendo o bairro e a comunidade de baixa renda como uma instância reveladora de sociabilidades reflexivas frente às relações sociais desconcertantes da contemporaneidade.

Na tentativa de compreender o recente impacto do poder paralelo nos bairros do subúrbio do município do Rio de Janeiro, dividiremos este artigo em três partes. Na primeira, apresentaremos o cenário das milícias nas comunidades de baixa renda, enfatizando a tradição histórica do clientelismo político típico da democracia brasileira. Na segunda parte, descreveremos a região em estudo e suas características históricas e socioeconômicas (as estatísticas denunciam a ausência do Estado que poderia explicar as atuais disputas territoriais pelo crime organizado) para, finalmente, analisarmos o discurso dos moradores em seu cotidiano marginalizado. Enfatizaremos as representações sobre a violência compartilhadas pela comunidade, as dinâmicas locais, as identidades e sociabilidades em construção.

Partimos do pressuposto de que as lideranças comunitárias locais poderiam responder melhor ao tema da pesquisa, tendo em vista as dificuldades nas negociações para se realizar uma pesquisa nas favelas cariocas e manter contato direto e cotidiano com os seus moradores. Por isso, escolhemos as associações de moradores como *locus* privilegiado para a observação participante; para uma análise das representações sociais sobre o bairro: dos sentimentos, valores, percepções e reações em relação à violência, vivenciados pelos membros dessas entidades.

Observamos que o nível de participação popular na região de estudo é muito baixo; em geral, cabe às lideranças comunitárias realizar as mediações entre as várias instâncias de poder na comunidade, bem como a representação a nível externo nos campos jurídico e político. Portanto, essas pessoas detêm um saber “em primeira mão” construído na experiência cotidiana pautada nas relações sociais no interior da comunidade. Elas também se destacaram pelo interesse em contar sua história de vida e a de seu bairro.

Neste aspecto, também estamos resgatando o significado do bairro do ponto de vista de seus moradores; a construção da identidade local como um elemento aglutinador na estruturação dos elos que criam um sentimento coletivo de pertencimento a uma comunidade frente aos processos desestabilizadores da globalização da sociedade contemporânea.

Nossa pesquisa apenas ensaia um diálogo com a antropologia à medida que esta disciplina identifica e tem construído objetos desafiantes de investigação no meio urbano. Todavia, reconhecemos a complexidade da violência urbana como um problema social e salientamos que nossas reflexões aqui apresentadas são parciais e incompletas considerando-se, sobretudo, o caráter preliminar da pesquisa em andamento.

## **I. O cenário das milícias no Rio de Janeiro**

“A prática da violência, como toda ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento”. Hannah Arendt, *Sobre a Violência*.

Nos anos 1990 vivenciamos no Brasil uma “crise civilizacional” bastante complexa e desafiadora para a análise sociológica e política (Soares, 1996). Diariamente, a imprensa divulgava experiências trágicas e estatísticas imprevisíveis sobre a criminalidade no Rio de Janeiro e, em última análise, a disseminação da falência do Estado no controle da ordem social. Nas representações sobre a cidade do Rio de Janeiro era lugar comum a substituição do epíteto de “cidade maravilhosa” para o de “cidade violenta” ou ainda a “última estação do inferno” – idéias que consolidaram uma “cultura do medo”.

Para isso também contribuíram as imagens amplamente divulgadas nos jornais populares das chacinas (da Candelária, de Vigário Geral, do Carandiru, etc), de assassinatos, de corpos mutilados, torturados e localizados nos baldios dos subúrbios, cuja autoria dos crimes era praticamente impossível de identificar, segundo relatos policiais.

Essas imagens do terror perpetuam o sentimento difuso do medo na sociedade brasileira; contraditoriamente, fornecem uma falsa imagem de segurança para alguns segmentos sociais porque os criminosos estariam sendo punidos. No entanto, acabam beneficiar as organizações criminosas como as milícias. Para Gizlene Neder,

“(…) as imagens do terror garantem ao crime organizado controle político em áreas e territórios da cidade sabidamente obscuros e desconhecidos, porque estigmatizados e discriminados socialmente, o que, sem dúvida, garante uma margem bastante grande de ação e movimentação a este poder paralelo ao Estado (e suas instituições)” (Neder, 1994:22).

Ou, para além da metáfora do poder paralelo, como analisou Sofia Tiscornia para o caso argentino (2001:119), “uma retórica de imagens cuja naturalização no âmbito da cultura urbana as torna terrivelmente eficazes para legitimar as práticas aludidas”.

O poder da imagem, das imagens da barbárie, por analogia, falam daquilo que realmente aconteceu. A visão dos corpos torturados nas fotografias dos jornais populares funciona como mensagens com destinatário certo cujo significado último é a morte. Portanto, a população pobre torna-se vítima da ação de vários tipos de banditismo social.

Diante do quadro apresentado – onde as instituições democráticas liberais em pleno declínio não satisfazem as mínimas necessidades da população –, o poder paralelo se instaura nas comunidades de baixa renda deliberando ações que antes competiam apenas ao Estado. Neste cenário marcado pela emergência de “ideologias individualistas com pouco ou nenhum compromisso com idéias de reciprocidade e justiça social” (Velho, 1996:19), surgem as milícias – grupos paramilitares fortemente armados integrados por policiais e ex-policiais, agentes de segurança, bombeiros –, atuando no combate ao tráfico de drogas e cobrando serviços urbanos antes inacessíveis aos moradores dos bairros da periferia.

Os serviços de transporte coletivo, os sistemas da Internet e da televisão a cabo, até mesmo a energia elétrica e o gás encanado, são inacessíveis aos moradores das favelas, de alguns conjuntos habitacionais, de loteamentos irregulares localizados nos bairros pobres e periféricos da cidade do Rio de Janeiro. O transporte público – ônibus, metrô e até mesmo os trens urbanos, muitas vezes não alcançam os bairros da antiga zona rural da cidade.

Modo geral, as políticas voltadas para as áreas mais carentes têm estimulado o clientelismo em toda sorte de relações sociais. A política clientelista no Brasil remonta aos primórdios de sua formação enquanto estado e nação. Vitor Nunes Leal (1997) no clássico *Coronelismo, enchada e voto*, discorreu sobre os elementos-chaves para o entendimento deste estilo político. Mostrou que as relações sociais na colônia não mudaram no Império e se reordenaram para os mesmos fins na República. Isso impediu uma efetiva participação popular e tolheu o avanço das classes medianas interessadas em manter seu *status quo*. A classe dominante restava a dominação a todo custo.

No Rio de Janeiro em particular, o poder junto às instituições democráticas na República Velha era disputado entre as elites que representava a aristocracia rural desde o Império e não lograram a possibilidade de manterem seu legado trocando agora votos por favores. Esse favorecimento da elite local da cidade do Rio de Janeiro foi criando, aos poucos, políticos locais que se pronunciavam como porta-vozes do povo junto às instituições, as quais nunca pensariam em se aproximar. A lógica dos favorecimentos e do clientelismo logo se tornou parte da cultura política do país. É importante atentar para o fato que os políticos que mais se aproximavam do povo (que eram e ainda hoje são os vereadores e deputados) constituem as verdadeiras lideranças locais que, com o intuito de fazer a ponte entre o povo e o poder institucional, na verdade revelam um embargo para a aproximação da classe popular com a oligarquia dominante.

Ao exemplo do coronelismo da velha República, alguns vereadores e deputados estaduais contemporâneos têm suas milícias para defender suas regalias e sua clientela. Na velha República, os coronéis reuniam grupos de pistoleiros para fazer a ronda em latifúndio. Estes pistoleiros muitas vezes faziam as cobranças dos serviços prestados nas terras do senhor coronel. No nordeste, essas milícias foram se transformando em cangaceiros à mediada que estes perdiam seus mandões e compadrios por disputas e outras razões.

O nosso sistema político e nossas instituições acabaram criando uma enorme dependência nessa relação indecorosa de poder. Falar em nome de uma incipiente democracia como sendo a melhor saída ao regime autoritário é objeto de retórica de todos os políticos que se encontram atuando neste contexto.

## *A política local: os “políticos de bairro” e as políticas públicas*

Sobre o funcionamento da política local, podemos dizer que as lideranças locais exercem papel fundamental no cenário brasileiro. Os “políticos de bairro” exercem uma política no estilo *low profile* fomentando a subserviência e a apatia da população. (Seus cabos eleitorais surgem como corvos no meio de reuniões de moradores e entoando todo o credo de intenções como o canto da sereia atraindo as possíveis lideranças para seu ninho. Aqueles mais aguerridos muitas vezes perdem a vida nas mãos de pistoleiros acoitados pela milícia a mando desses políticos).

No Rio de Janeiro, especificamente, os políticos de bairro tiveram seu ápice no período do governador Chagas Freitas que incentivou esta prática para garantir o seu governo. O chaguismo, segundo Eli Diniz (1982), é determinante para entendermos as práticas clientelistas no Rio de Janeiro. Vejamos, brevemente, alguns traços de sua história, as permanências e inflexões de alguns desses valores na cultura política carioca.

O chaguismo toma força no partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no período de 1965 a 1979. A carreira política de Chagas Freitas começa na eleição de 1954 para a câmara de deputados e vai até 1983. Com o fim do seu segundo mandato como governo estadual, construiu junto a seus seguidores uma íntima relação com o poder, que redefiniu o perfil político do Rio de Janeiro e do Brasil ao longo de mais de quarenta anos.

Chagas Freitas estudou na Faculdade Nacional de Direito pelos idos de 1930. A universidade foi importante para a sua formação política, pois as questões políticas faziam parte do cotidiano acadêmico e muito se discutia sobre as alternativas ao modelo liberal. Grandes nomes da política brasileira estudaram com ele, inclusive Carlos Lacerda que será seu maior rival.

Chagas Freitas terá em suas mãos um importante órgão informativo: o *Jornal O Dia*. Ascenderá de jornalista a diretor do jornal, arrefecendo sempre a máquina política com notícias sobre suas candidaturas e feitos dos seus seguidores nas suas respectivas localidades. Máquina política é assunto recorrente nas ciências políticas e na sociologia. Robert Merton, citado por Eli Diniz (1982) dizia que as máquinas políticas humanizavam e personalizavam a assistência nos setores da população, integrando-se ao corpo social; dependia para sua sobrevivência da lealdade dos partidários e da garantia dos votos da comunidade. Segundo este autor, um território fértil para a atuação das máquinas políticas é constituído de “baixo índice de acesso as leis” e “alto grau de centralização privada do poder”. A máquina serviria como um remédio para aplacar a dispersão constitucional dos poderes em Estados em processo de formalização e aperfeiçoamento burocrático.

A política *low profile* (pequena política que se desenvolve em espaços reduzidos) de Chagas Freitas e seu grupo de vereadores e deputados, por muito tempo ocultou a importância de Campo Grande, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, onde se localiza o sub-bairro do Mendanha e a favela da Carobinha (uma das áreas de nosso estudo de caso), pois era de suma importância não revelar as realidades do maior reduto eleitoral da zona oeste, ou melhor, da cidade do Rio de Janeiro – fato que ficou apurado na eleição de Leonel Brizola em 1982 (fim do chaguismo), cujo desempenho eleitoral foi notável na região a ponto da zona oeste ganhar os holofotes e mostrar seus reais problemas e deficiências. A partir daí, Campo Grande e Guaratiba deixam de serem considerados bairros afastados da área central da cidade para se tornar referência nos sucessivos pleitos eleitorais estaduais e municipais.

De fato, nos dias de hoje, os políticos que partilhavam da velha “política das bicas d’água” não conseguem prosperar em mão única. Torna-se cada vez mais difícil aquele que não cumpre com seus propósitos de campanha voltar a se reeleger. Então, o jogo político faz-se com a atualização das novas demandas das comunidades de baixa renda. Esta nova clientela não se sujeita a ser apenas usada como reduto eleitoral; essas populações estão mais

exigentes com seus vereadores, compreendem-se como participantes. As altíssimas taxas de desemprego, apesar do atual crescimento econômico, ainda são preocupantes. As políticas de reparação e ações do governo federal de combate às desigualdades sociais trazem a ilusão do pertencimento.

Verificamos que nas últimas três legislaturas houve uma progressiva substituição da elite política da região. Muitos desses novos parlamentares investiram em ações sociais e organismos de apoio a comunidade – um fac-símile da política de redução de danos adotada pelo governo federal –, fornecendo a população serviços de saúde, creches comunitárias e pontos de cultura. Em meio à despolarização da população, o papel do político local ainda é bastante confortável, apesar de significativas mudanças ocorridas ao longo do tempo.

As milícias multiplicam-se como forma de investimento destes políticos na área da segurança pública exatamente onde o Estado não atua ou o faz precariamente. Os políticos profissionais de hoje também são controladores de seu eleitorado, mas correm mais risco de perder seus mandatos que os mandões de outrora. Por fim, a compreensão do crime organizado leva-nos a considerar que “tanto sua estrutura empresarial quanto sua inserção política seguiu a tradicional lógica familística de formação da clientela” (Machado da Silva, 1999:9). Contudo, mesmo que os laços familiares não sejam tão fortes, as milícias também podem ser interpretadas como um fenômeno que indica uma forma de vida organizada, cujas inflexões serão observadas na última parte deste trabalho.

## II. Delimitação da Unidade Espacial de Observação

### 1. Caracterização geral e localização geográfica

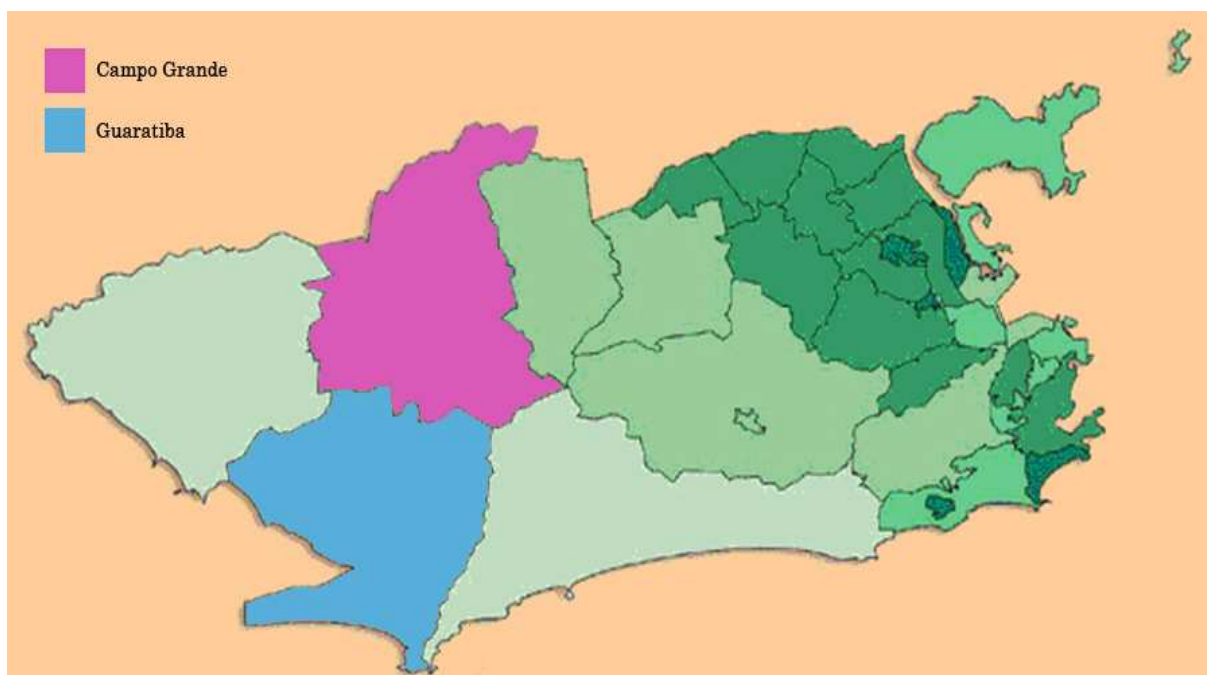
**Figura 1 - Localização da Unidade de Observação. Mapa do Estado do Rio de Janeiro**



O estado do Rio de Janeiro é o terceiro estado mais populoso do Brasil e sua população corresponde a 15.383.407 habitantes. Possuía o segundo maior PIB do país (em 2005), produzindo ao ano 338,2 bilhões de reais. A cidade do Rio de Janeiro é o maior município do estado, com 6.093.472 habitantes (contagem da população em 2007, IBGE), área de 1182,296 km<sup>2</sup>, e um PIB de 104.841.686 reais. É a segunda maior metrópole brasileira e responde por, aproximadamente, 30% da riqueza nacional.



**Figura 2 - Localização da Unidade de Observação em Destaque. Mapa do Município do Rio de Janeiro**



O mapa acima (Figura 2) representa ao município do Rio de Janeiro, destacando os bairros de Campo Grande e Guaratiba, localizados na zona oeste da cidade. Estes bairros formavam as antigas freguesias rurais e sua ocupação é antiga, remontando ao período colonial. Atualmente, a Zona Oeste compreende a quase 60% do município do Rio de Janeiro (uma área de 84.738,52ha) e possui uma população de 2.116.797 habitantes. Interessante observar que a região ainda possui 50,37% de área natural.

Guaratiba é uma área de preservação rural e ambiental, constituída pelos bairros de Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Guaratiba. No último Censo (2000), sua população totalizou 74.307 habitantes espalhados por 151,73km<sup>2</sup>, e ainda apresenta um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), ocupando a 28<sup>a</sup> posição em relação as 32 RA's do município, acima apenas das regiões consideradas favelas como a Rocinha, Jacarezinho, Maré e Complexo do Alemão. Seu processo de integração (social, econômico, político e cultural) foi construído em torno da idéia de natureza, de “sertão carioca” e da vocação agrícola, ainda presente nos discursos sobre o desenvolvimento local. As velhas ruínas de engenhos de cana-de-açúcar e gado, fazendas de café convivem lado a lado com o moderno distrito industrial, localizado no entorno dos bairros de Campo Grande, Paciência, Palmares e Santa Cruz, construído a partir dos anos 1970.

Em Campo Grande, encontra-se o sub-bairro do Mendanha, localizado à margem direita da Avenida Brasil (no sentido Centro-Santa Cruz), limitando-se ao norte com o município de Nova Iguaçu, a leste com os bairros de Bangu e Gericinó e a oeste com o Distrito Industrial de Campo Grande e, nesta área, o Batalhão de Toneleros da Marinha do Brasil. Sua área é de aproximadamente 2.000ha, e cerca de 27 mil habitantes. A região tem sua origem no século XIX, da antiga Fazenda do Mendanha, pioneira na implantação da cultura do café e de onde saíram as matrizes dos maiores cafezais fluminenses que se expandiram pelo Vale da Paraíba até o litoral de São Paulo, enriquecendo estas regiões. Atualmente, a comunidade ali existente em nada reflete a riqueza de outrora dos ciclos econômicos da exportação do café e da laranja. Na área da baixada do Mendanha, vivem cerca de 840 famílias de pequenos agricultores que se dedicam ao cultivo de leguminosas, hortaliças e a fruticultura. No entanto, o adensamento

populacional, causado pela abertura de vários loteamentos desde os anos 1960 pelo governo do estado do Rio de Janeiro e, posteriormente, os abertos pela iniciativa privada, sobretudo pela grilagem de terras, com loteamentos irregulares e sem infra-estrutura, contribuíram para o atual estado de degradação ambiental e para o processo de favelização da região.

## 2. Perfil socioeconômico

De uma forma mais ampla, os bairros selecionados para esta pesquisa (Campo Grande e Guaratiba) pertencem a Área de Planejamento 5 (AP5), que correspondente à divisão administrativa da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. As tabelas apresentadas abaixo mostram um breve perfil socioeconômico desses bairros.

**Tabela 1 - Área, População Residente e Índices Demográficos, por bairro**

| Bairros      | Área (km <sup>2</sup> ) | População (habitante) | Densidade Populacional (hab/km <sup>2</sup> ) |
|--------------|-------------------------|-----------------------|---|
| Campo Grande | 136,52                  | 258.780               | 18,9  |
| Guaratiba    | 151,73                  | 74.307                | 4,8   |

Fonte: Atlas Escolar do Rio de Janeiro, IPP, 2000.

Os bairros de Campo Grande e Guaratiba possuem uma extensa área territorial e baixa densidade demográfica. Entretanto, mesmo possuindo esta característica, estes bairros possuem reduzidos índices de qualidade de vida em relação às áreas centrais da cidade.

**Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M, 1991, 2000**

| Bairros      | Ano (1991) | Ano (2000) |
|--------------|------------|------------|
| Campo Grande | 0,738      | 0,810      |
| Guaratiba    | 0,683      | 0,744      |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - PNUD.

Os dados referentes ao IDH destes bairros, embora revelem um crescimento relativo, ainda comprovam a desigualdade social entre a região central e a sua periferia (constatado através da comparação com o IDH de Copacabana (0,956), e apenas acima das quatro áreas consideradas como favelas).

**Tabela 3 - Indicadores do Nível e Composição da Renda, 2000**

| Bairros      | Renda per capita (em Reais) | Índice de Renda (IDH-R) |
|--------------|-----------------------------|-------------------------|
| Campo Grande | 351,11                      | 0,751                   |
| Guaratiba    | 234,37                      | 0,684                   |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - PNUD.

Os dados acima comprovam a baixa qualidade de vida da população destes bairros do subúrbio carioca, principalmente quando comparados aos dados referentes a bairros mais ricos da cidade como Copacabana, que ocupa a 11<sup>o</sup> posição no IDH da cidade com uma renda *per capita* de 1.623,42 evidenciando a enorme desigualdade sócio-espacial da cidade.

**Tabela 4 - Indicadores de Desemprego e Educação, 2000**

| Bairros      | Desemprego (% da população) | Educação (anos de estudo) | Porcentagem (acima de 11 anos de estudos) |
|--------------|-----------------------------|---------------------------|---|
| Campo Grande | 19,8                        | 7,3                       | 9,1                                       |
| Guaratiba    | 17,8                        | 5,9                       | 5,0                                       |

Fonte: Dados do Censo de 2000.

Além de dados sobre o desenvolvimento humano, dados sobre desemprego e tempo de educação auxiliam na contextualização da situação de carência destes bairros. Enquanto a taxa de desemprego nestes bairros é em média de 18%, a de Copacabana é de 10%; enquanto o tempo médio de estudos em Campo Grande e Guaratiba é de 6 anos, em Copacabana é de 11 anos de estudos. Nos dois bairros analisados, o percentual de pessoas que concluíram o Ensino Médio corresponde a 7% e, em Copacabana, a 47%.

**Tabela 5 - Indicadores de Violência na AISP 39 (Campo Grande e Guaratiba), 2008**

| Títulos agregados          | Janeiro de 2008 | % das ocorrências |
|----------------------------|-----------------|-------------------|
| Crimes contra o patrimônio | 984             | 49,7              |
| Crimes contra a pessoa     | 818             | 41,3              |
| Crimes contra os costumes  | 12              | 0,6               |
| Outros títulos             | 167             | 8,4               |

Fonte: Instituto de Segurança Pública do estado Rio de Janeiro. Dados da AISP 39.

Os dados da Tabela 5 referem-se aos registros realizados pelas Delegacias 35<sup>a</sup> (Legal) e 43<sup>a</sup> (Legal) que compõe a AISP 39 (Mapa 3). O somatório dos títulos agregados corresponde a 1.981 registros para o mês de janeiro de 2008. Desagregando os dados por títulos, temos os seguintes números de ocorrências: Ameaças: 311; Estupro: 9; Extorsão: 3 (não foi registrado extorsão mediante seqüestro); Homicídio doloso: 26; Lesão corporal dolosa: 300; Pessoas desaparecidas: 17. Os dados permitem a comparação com o ano anterior para o mesmo período. Destaca-se o aumento em números absolutos dos delitos para os títulos agregados acima. Omitimos aqui os dados referentes às atividades policiais também divulgados nestas estatísticas.

**Mapa 3 - Mapa da Área Integrada de Segurança Pública, 2007-2008**



O mapa acima (Mapa 3) representa a divisão na zona oeste do município do Rio de Janeiro por Área Integrada de Segurança Pública (AISP), que corresponde às áreas geográficas para o planejamento da segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Campo Grande e Guaratiba formam a AISP-39, cuja área de abrangência (que ultrapassa os limites desses bairros) é de 311,1 km<sup>2</sup>, com uma população de 77.561 habitantes. Nesta região há duas Delegacias de Polícia e um Batalhão de Polícia Militar.

### III. Os bairros, as associações de moradores e a atuação das milícias

#### 1. As associações de moradores

As subprefeituras de Santa Cruz e Guaratiba contabilizaram em 2004 mais de duzentas associações de moradores cadastradas nas Administrações Regionais. A XIX RA – Santa Cruz possuía 146 associações, enquanto na XXVI RA – Guaratiba, tinha-se 88 associações. A área total da XVIII RA – Campo Grande contava com 230 associações em sua última atualização realizada em 2002. A proliferação desse número de associações está relacionada ao fato da existência de sub-bairros e de vários conjuntos habitacionais, sendo um deles, o Jardim Maravilha, o maior da América Latina. Essa divisão espacial, além dos planos de urbanização e regularização fundiária diferenciados (Favela-bairro, Rio Cidade, etc), produz também formas associativas diversas e, principalmente, disputas por interesses imediatos – o que explicaria o fato de que a maioria absoluta dessas associações não possui legitimidade. Percebemos que os moradores dessas localidades reúnem-se em torno de algum problema comum, formam uma associação e, com a eleição de um líder local, encaminham os problemas comunitários para as administrações regionais.

As associações de moradores têm sua origem nas lutas de bairros no final dos anos 1970 que, por sua vez é originária da organização das favelas no Rio de Janeiro (Rezende, 1985). A presença político-partidária presente desde o início do movimento motivou o descrédito popular e o esvaziamento dessas entidades. As associações que pesquisamos em nossa região de estudos surgiram na década de 1980 motivadas pelo agravamento do problema fundiário na região, na luta pelo acesso à terra. Após obterem algum sucesso durante as gestões do governador Leonel Brizola (1983-1986/1991-1994), toda a experiência praticamente se perdeu e, no ano de 2007, alguns moradores retomaram as atividades da associação, tendo em vista que novamente precisam pleitear a desapropriação dos lotes de terras que ocupam com posse provisória desde o início dos anos 1990.<sup>3</sup>

A nossa população-alvo são os moradores dessas comunidades dos sub-bairros previamente selecionados e pertencentes aos quadros administrativos das associações de moradores locais. Em Guaratiba, foram realizadas entrevistas com líderes comunitários com idade entre 25 e 42 anos, de modo a avaliar o grau de participação cívica, política e social. Em Campo Grande, selecionamos o sub-bairro do Mendanha, especificamente a comunidade da Carobinha, para uma visão da prática cotidiana das milícias nesta região onde sua atuação é amplamente reconhecida.

Portanto, a escolha dos entrevistados obedeceu ao critério da liderança comunitária, sejam presidentes das associações, candidatos a vereador, agentes comunitários, sejam moradores mais antigos na região. Não fizemos diferenciação no grupo estudado por gênero, geração, etnia, classe, escolaridade, apesar de reconhecermos que estes dados são variáveis presentes durante toda a pesquisa e, certamente, se diferenciados a partir de um universo mais amplo, influenciariam as respostas e as nossas reflexões. Privilegiamos a análise qualitativa. Solicitamos que essas pessoas falassem abertamente dos problemas sociais vivenciados nas suas comunidades e as soluções possíveis para esses problemas identificados.

Buscamos, com essas entrevistas, avaliar as fontes de informações, bem como o grau de participação em atividades associativas. Tentamos identificar também as experiências de vitimização pessoal (sofrida ou não pelos entrevistados), principalmente a forma de percepção, avaliação e reação à violência, além da própria percepção da justiça, da lei e dos

---

<sup>3</sup> O Projeto *Meu Pé de Chão*, na gestão de Nilo Batista, governador do Estado do Rio de Janeiro e administrado na época pela Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos, concedeu Termo de Promessa de Concessão de Uso aos moradores do assentamento Matriz II em 1994 por um período de 10 anos, prorrogáveis até que ocorra a desapropriação do imóvel pelo Estado. Ver SEAF, Resolução n.6, de 28/12/1993 e Processo n. E-28/000.610/94.

direitos civis, tendo como pano de fundo a exposição à violência promovida pelo tráfico de drogas ou pelas milícias nestes bairros.

Entendemos a ação das milícias também como um componente da vitimização pessoal, mas não dispomos desses dados estatísticos no Brasil. Reconhecemos que seria difícil desagregar os delitos registrados nas fontes, pois a tendência geral tem sido a uniformização desses dados nos boletins de ocorrências policiais. O mais próximo que podemos chegar são as titulações “vítimas de morte por tipificação provisória”, que registram os encontros de cadáver e de ossadas, típico de ações atribuídas ao crime organizado.<sup>4</sup>

Então, tentamos levantar informações sobre a exposição das pessoas às ações das milícias (como extorsões e ameaças). Como teriam reagido? Os moradores costumam denunciar aos órgãos públicos esses delitos? Qual o grau de conhecimento do entrevistado sobre as milícias e sua forma de agir na comunidade? Mais do que confirmar estatísticas, nosso interesse era resgatar a dimensão subjetiva; o padrão de comportamentos a partir da observação de como o entrevistado vivencia, interpreta e explica a violência.

No plano dos valores, observamos de imediato certa tolerância com as milícias (compreendidas como parte do esforço do controle do tráfico de drogas e demais delitos a ele associados), e que os moradores evitavam a mediação da polícia (que muitas vezes nem chega a estas localidades), o que nos sugere a fragilidade dos valores democráticos na sociedade brasileira, sobretudo em relação aos direitos civis.

Sobre o encontro com o outro, lembramos o que Hélio Silva e Cláudia Milito denominaram de “subcultura da evitação”, ou seja,

“a mentalidade, o estilo de vida, a visão de mundo fermentados no caldeirão desses espaços densos e conflituados. Seus ingredientes, a repressão, a pulsão ao extermínio, o acordo tácito ante a chacina, ou o assentimento explícito perante o linchamento, a mórbida passividade ante a tortura policial praticada nas calçadas, a diária fruição estética dos ‘presuntos’ expostos nos jornais populares, consumidos nos silenciosos escrutínios ante a banca farta de violência, nos trens da Central ou da Leopoldina, ração diária e tradicional temperada pelo medo e sadismo, alguns deles (como o jornal que, ‘se espremer sai sangue’) elementos tradicionais da cultura carioca” (Silva; Milito, 1995:32-33).

## **2. O imaginário social da violência nas falas e nos silêncios dos moradores**

Segundo Gilberto Velho e Karina Kushnir (2003:18), o desafio da proximidade/distanciamento provinda do multipertencimento do pesquisador é o que também lhe permite estudar sua própria sociedade e, dentro dela, situações com as quais ele tem algum tipo de envolvimento. Nosso envolvimento com o tema é o de qualquer cidadão que convive diariamente com a violência dos grandes centros urbanos. Como pesquisadores, tivemos dificuldades de “entrar no campo”. A desconfiança por parte dos entrevistados, dos vigias das comunidades, percebida pela indagação se estávamos vinculados a partidos políticos (estamos em ano de eleição para prefeito, vice-prefeito e vereador em todos os municípios do Brasil), só foi mudada quando nos apresentamos como professores da rede pública de ensino (municipal e estadual). A partir desse momento, fomos “aceitos” na comunidade, sendo possível então realizar as entrevistas e participar de algumas reuniões no âmbito dessas associações. Esta situação também contribuiu para o “estranhamento crítico diante do próximo” de que fala Gilberto Velho em *Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico* (2003:18).

---

<sup>4</sup> Para os dados sobre este tipo de crime, consultar o *Balanço das incidências criminais e administrativas do Estado do Rio de Janeiro*, organizado pela Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro (disponível em [www.isp.rj.gov.br](http://www.isp.rj.gov.br)).

De fato, somos moradores das zonas norte e sul da cidade e o exercício do magistério em escolas de comunidades de baixa renda da zona oeste sempre nos colocou frente a situações de risco e violência e ao dever de relativizar e problematizar o estigma social, bem como o sentimento de medo e insegurança que marca o discurso de certos segmentos sociais oriundos das classes médias e alta. O distanciamento geográfico e o desconhecimento têm sido apontados como fatores de insegurança, o que nossa pesquisa também ratifica. Nossa vivência com pais e alunos dessas comunidades nos possibilitou um conhecimento privilegiado da realidade local, e a possibilidade de participar efetivamente em projetos pedagógicos voltados para conscientização do alunato no que se refere a desenvolvimento da consciência cívica e social, a extensão da cidadania. Deste modo, nossos alunos também se tornaram informantes em várias etapas da pesquisa, permitindo a renovação dos olhares, informações atualizadas e a posterior confrontação dessas informações com um grupo mais abrangente na comunidade e com o resultado de algumas pesquisas acadêmicas.

O que apresentaremos são recortes de uma pesquisa maior em andamento sobre as políticas públicas e o desenvolvimento local nos bairros de Guaratiba e Campo Grande. Os nomes dos entrevistados são fictícios. Obviamente, nas transcrições se perdem as entonações, as dúvidas, os silêncios, os gestos, mas não completamente. A transcrição é ela mesma uma interpretação provocada por um diálogo. Das conversas que realizamos entre janeiro e maio de 2008, sobressaíram algumas vozes – discursos muitas vezes ambíguos por estarem a expressar a situação-limite vivida por essas pessoas, não significando, *a priori*, a conivência com o tráfico de drogas ou as milícias.

### *Algumas vozes em Guaratiba*

**Francisco**, 25 anos, agente comunitário de saúde, estudante de Direito e vice-presidente de uma associação de moradores em Guaratiba, nos informa sobre os problemas de seu bairro: baixa escolaridade da população; ausência de saneamento básico – *não existe tratamento do esgoto em nenhuma residência; o que existe são fossas, sumidouros ou esgoto a céu aberto*; dificuldade de transporte coletivo (apenas duas linhas regulares de ônibus fazem o percurso entre o bairro de Campo Grande e Guaratiba; uma terceira corta o bairro ligando Campo Grande a Barra da Tijuca. Todas sob o monopólio de uma única empresa); desde 2002 há o transporte alternativo realizado por “kombis” ou “vans” administrados por uma cooperativa de Campo Grande. Inclusive, o último presidente da associação de moradores é também presidente de uma cooperativa de transportes alternativos em Barra de Guaratiba. A região não conta com bibliotecas públicas, cinemas e áreas de lazer, além das praias.

Sua atuação como agente comunitário de promoção de saúde e prevenção de doenças no âmbito do Programa de Saúde da Família (programa do governo federal que possui cinco unidades no bairro, situadas nas localidades de Cinco Marias, Barra de Guaratiba, Ilha de Guaratiba, Fazenda Modelo e Jardim Maravilha) colocou nosso entrevistado em contato direto com a realidade das famílias da região. Nas visitas domiciliares que realizou nos últimos cinco anos, diz que foi capaz de traçar um perfil socioeconômico, educacional, bem como identificar as doenças que mais afligem as populações como o altíssimo grau de alcoolismo.

O desemprego foi apontado pelo entrevistado como um problema estrutural na região. O grande número de jovens e adultos desempregados faz com que haja uma concentração dessas pessoas nos bares em torno dos campos de futebol. A principal atividade de lazer são os jogos de futebol e os “papos de bar” após esses jogos. A sociabilidade realizada em torno do bar contribuiu na opinião de Francisco, para o elevado índice de alcoolismo que também influencia na violência doméstica, apontada por ele como o maior problema da comunidade. *Hoje a gente até tem a questão de outras drogas chegando, mas o alcoolismo é um problema*

*muita grande aqui dentro da comunidade. Trata-se de uma comunidade desprovida de educação, de cultura e muito machista, em sua opinião.*

Francisco não deixou de notar que as drogas ilícitas surgiram na comunidade em decorrência do turismo. *Guaratiba era uma área bem rural e hoje, por estar muito próxima da Barra da Tijuca, por ser uma região de praia, os nossos moradores tem contatos com outras pessoas de fora. Então, acredito que até porque essas pessoas terem um poder aquisitivo maior, na maioria dos casos quem trouxe as drogas pra Guaratiba foram essas pessoas com poder aquisitivo maior, por estarem mais acostumados, por estarem dentro dessa realidade, terem a droga como uma realidade há mais tempo e, o morador de Guaratiba, por achar que aquele cara seja viciado, mas de repente tem um poder econômico maior, uma vida social melhor, uma vida econômica melhor e achar aquilo como um exemplo; de achar aquela pessoa como um ídolo, e depois descobrir que aquela pessoa usa drogas e depois se vê já utilizando das mesmas drogas, fazendo as mesmas coisas que essas pessoas fazem e, conseqüentemente, a droga é uma das coisas que vieram juntas com o progresso.*

O progresso de que fala Francisco diz respeito às mudanças significativas na paisagem rural em rápida transformação, apontando a direção do desenvolvimento local. Vale ressaltar que essas drogas são a maconha e a cocaína, consumidas, preferencialmente, por adolescentes entre 12-15 anos. Já o consumo de álcool, observa Francisco, ocorre na faixa etária acima dos 25 anos (os dados citados por Francisco dizem respeito apenas à condição referida pelas pessoas atendidas no Programa de Saúde da Família, embora se possa notar a preocupação de alguns moradores com o amplo consumo de álcool entre os jovens na região).

Francisco diz que não existe tráfico de drogas na região: *Os usuários se reúnem e mandam o “avião” buscar nas favelas da Vila Kennedy, Antares, Rocinha, Cidade de Deus... não tem boca-de-fumo em Guaratiba. Os usuários não chegam a sofrer sanções da comunidade. Mas praticam pequenos delitos; ficam à margem, não conseguem se integrar; não conseguem arrumar emprego na comunidade... a primeira providência dos pais é tentar reprimir de alguma forma, mas a comunidade não tem maturidade pra tratar do assunto, que está se disseminando com mais frequência agora.* (A questão do emprego, da discriminação do usuário de drogas, da imagem “imaturidade” dessa comunidade, tudo isso merece atenção que não podemos realizar neste momento). Interessa-nos destacar que para Francisco, não tem milícias instaladas em Guaratiba (referindo-se apenas as regiões da Barra de Guaratiba e da Ilha de Guaratiba), e sim *segurança privada nos comércios; não é empresa de segurança, mas indivíduos que prestam este tipo de serviço.*

Esses indivíduos geralmente são policiais que complementam a renda salarial com a prestação deste tipo de serviço. Mas, em outro momento da entrevista, diz que na comunidade de Cinco Marias (próxima a Pedra de Guaratiba), por exemplo, *já teve tráfico, mas as milícias acabaram e não sei como está hoje.* Diz que *são pessoas com liderança ligadas à polícia, como funciona em todos os lugares, não muito diferente de outros lugares, mas não tem aquela coisa do gato-net, do depósito de gás ser do miliciano, aqui não tem este tipo de situação.* Sobre o controle do transporte alternativo diz que *as cooperativas de transporte pertencem ao mesmo grupo que controla toda a zona oeste, não fica sob o domínio dos moradores de Guaratiba.*

Em relação à percepção do direito do outro, quando perguntávamos se essas pessoas à margem da lei tinham direitos que mereciam ser respeitados, diz-nos que a comunidade reconhece a violência na *morte das pessoas envolvidas com drogas e roubos e a dificuldade de identificar a autoria dos crimes, porque essas pessoas estão envolvidas com gente de fora.* Francisco nos informa que a comunidade acredita que seja um “acerto de contas” atribuído a associação com os delitos. É recorrente na sua fala a referência às pessoas “de fora” da comunidade, que teriam contribuído para a mudança nos costumes locais.

Perguntamos qual o canal institucional que a comunidade geralmente utiliza na tentativa de resolver os problemas identificados e prontamente respondeu-nos Francisco que se trata de *uma comunidade desorganizada. A gente espera mudar isso com a associação. O grau de consciência é muito baixo. Estão acomodados com a realidade. Por exemplo: a dengue também é um problema. Mas os moradores não se unem para resolver os problemas; só depois que passa a afetar a todos. A culpa é colocada nas autoridades, que muitas vezes não é o principal culpado pelos problemas da comunidade.* Desde o início deste ano, o município do Rio de Janeiro viu-se assolado por uma epidemia da dengue, vitimando moradores da zona oeste da cidade. A demora do poder público em reconhecer a epidemia infelizmente fez aumentar a morbidade e a taxa de mortalidade (sobretudo a infantil) na população carioca.

Modo geral, esta associação de moradores é vista como algo positivo na tentativa de *trazer o Estado para dentro de Guaratiba, os serviços públicos necessários à população; o caminho mais curto para negociar em pé de igualdade com o poder público e fazer com que o Estado cumpra o seu papel dentro da comunidade.* Diz ainda Francisco que a comunidade não tem candidatos próprios pleiteando as eleições municipais deste ano; mas que sempre aparecem muitos candidatos “de fora”. Reconhece ainda que o Partido Democrático Trabalhista (PDT) predominou por muito tempo na região, mas com as subdivisões dos bairros cada comunidade possui suas lideranças e vertente política próprias.

Conversamos também com **José**, 42 anos, educador social, morador de outra comunidade em Guaratiba. Relatou-nos, emocionado, a sua história de vida. Após a separação dos pais, aos seis meses de idade, sua avó de 76 anos obteve a custódia do neto por decisão judicial. Conta que sua avó era muito doente e que foi “dado” para adoção muitas vezes na infância, mas que sempre fugia dessas famílias, pois era obrigado a executar trabalhos forçados, além das agressões que constantemente sofria. Sobreviveu nas ruas até os 16 anos sempre com esperanças de melhorar de vida, engraxando sapatos ou vendendo amendoim. Iniciou os estudos aos 12 anos, mas não comparecia com frequência a escola. Conseguia comida a noite no Hospital Rocha Faria ou no Corpo dos Bombeiros (em Campo Grande), e era discriminado pelas pessoas como “futuro marginal”, apesar de não se envolver em roubos ou com drogas. Diz que foi acolhido pela comunidade e que se sente “filho da comunidade”. Talvez isso justifique sua atual atividade de educador social e, no seu entendimento, a fé depositada pela comunidade no seu trabalho de militância, ao reconhecerem a sua origem social.

Lembra que na comunidade havia muitas pessoas envolvidas com o tráfico de drogas entre 1978-80: *tinha o falecido Damião, o João Bagulhinho, todas essas pessoas estavam envolvidas com o tráfico. O falecido Damião foi morto no Corrêa por um dos traficantes, o Doró, ele foi enterrado vivo; o João Bagulhinho foi morto... inclusive, nesta época, ele me deu um saco de dinheiro para guardar lá em casa...* (interrompe a narrativa). *O Doró era do Corrêa, do Caminho da Razão, ali tinha um tráfico, uma boca-de-fumo... não acredito que tenha mais não, porque agora, a postura dali é de... são os justiceiros, né, os chamados milicianos...* Fala de uma época em que a distinção entre “bandidos”, policiais e trabalhadores estava clara, mas revela também a existência de grupos de extermínio ou da “polícia mineira”.

Esclarece que na comunidade, desde o final da década de 1970, *já tinham usuários, tinham traficantes que não traficavam aqui, mas que as famílias estavam instaladas aqui.* Há um consenso de que no início dos anos 80 o tráfico de drogas se internacionalizou e o narcotráfico atingiu o mercado brasileiro, aumentando a violência social. Recorda dos crimes aterrorizantes daquela época na comunidade. *O João Bagulhinho foi morto por ter assaltado os camelôs de Campo Grande e ali pegaram ele e desovaram lá pelo lado do Carapiá, amarrado com as mãos para trás, com muitos tiros... eu acredito que quem tenha matado ele era um segurança que hoje se tornou um miliciano muito forte.* Refere-se a pessoas recrutadas na vizinhança e pagas pelos comerciantes para acabar com os bandidos.



Como em outras áreas da Baixada Fluminense, a região da zona oeste do município do Rio de Janeiro perdia suas características rurais e se urbanizava de forma desordenada. A memória desses crimes, dos justiceiros e pistoleiros que atuavam no controle da criminalidade nessas regiões, impondo o terror aos moradores, não pode ser interpretada sem atentar para as condições socioeconômicas dos subúrbios cariocas.

José fala com convicção e conhecimento da ação das milícias na zona oeste do Rio de Janeiro e a expansão para outros municípios. Cita os envolvidos, mas suas informações são semelhantes às publicadas nos jornais em circulação, ou seja, as imagens e informações fornecidas pelos moradores são significações compartilhadas amplamente na sociedade. No entanto, alguns detalhes que deixa escapar em sua fala apontam para situações menos superficiais do conhecimento da realidade em que vive e atua.

José negou a existência, atualmente, do tráfico de drogas na comunidade: *não tem tráfico de drogas; diria que pode ter estica. São pessoas que pegam certa quantidade na boca-de-fumo, onde tem um tráfico, e aqui ele “estica” esta quantidade para vender para os usuários locais.* A “estica” seria uma estratégia de transporte de quantidades mínimas para que o traficante possa se livrar de uma possível repressão policial e, se for considerado usuário, amenizar assim o delito praticado. *A comunidade fica muito apreensiva em relação a isso; é uma coisa que expõe muito a nossa comunidade e o medo de realmente acabar se instalando um tráfico, o que eu acho que seria impossível porque nós temos aqui agora um conjunto residencial militar, onde moram muitos policiais.*

A crença generalizada é de que a presença desses militares como moradores da comunidade contribui para a não disseminação do tráfico. Relata que os próprios policiais não permitiriam a implantação de um tráfico de drogas visando a sua própria segurança. *A gente percebe isso porque recentemente houve assassinato brutal na comunidade de um rapaz muito envolvido com drogas querendo trazer o tráfico pra comunidade; ele estava cometendo alguns assaltos fora da comunidade e aí ele foi interpelado por um carro com cinco ocupantes e dois numa moto que já circulavam pela comunidade, me parece, a procura dele, aguardando que ele aparecesse... quando ele saiu de casa ele foi interpelado por esse cara da moto... dispararam muitos tiros... os que estavam no carro com uma arma pesada conhecida como calibre 12... todos estavam encapuzados... por isso a minha suspeita de que seria impossível colocar um tráfico de drogas na comunidade. Isso é um gesto prático de milicianos. São os justiceiros, a Liga da Justiça (diz sorrindo, como quem conhece bem a situação que descreve), composta por chefes conhecidos popularmente... alguns representantes da zona oeste para o bem (revelando-nos a sua convicção e os nomes desses supostos “políticos do bem”).*

No entanto, fala com uma espécie de ressentimento quando diz que são políticos *que em épocas de eleição eles mais intimidam do que fazem campanha. Eu mesmo sofri uma intimidação aqui porque eu apoiava um candidato diferente e eles queriam colocar o material deles à força e eu não permiti... mas, enfim, acabou que eles entenderam que aqui é uma área onde eu já milito a muito tempo e não forçaram muito a barra não, mas me trataram com muita intimidação. Eles não têm o apoio da comunidade não... para o voto.*

Os mecanismos que regem a participação política das camadas populares, cooptadas por lideranças de feitiço clientelistas, expõem a continuidade histórica de certo “coronelismo urbano” (no que pese as imprecisões conceituais do termo), praticado nos arrabaldes esquecidos de nossa cidade.

Na explicação para o fenômeno das milícias, diz: *eu tenho uma desconfiança com essa milícia... a milícia, ela não foi criada por pessoas comuns; ela foi criada no meio político. Eu acredito que ela tem todo o apoio do Estado. Por que essa minha desconfiança? Porque antes de a milícia se instalar, entre a polícia com o “caveirão”, entra com tudo; “rebenta” os caras, os caras correm e aí os milicianos se instalam e os caras não têm como voltar, porque*

*eles estão nos pontos estratégicos do tráfico que aí esses milicianos passam a ter o controle do local, que são pontos estratégicos na favela. Por isso a minha desconfiança fortíssima de que tem o apoio do Estado constituído. Porém, foi se perdendo algum controle do Estado sob essas milícias.*

No confronto direto empreendido pela polícia em nome da “guerra” contra o narcotráfico, assiste-se ao “desrespeito sistemático aos direitos civis da população residente” (Leite, 2005:18). A polícia é a instituição mais citada pelos moradores; a imagem é sempre negativa, como se percebe na fala de José. Neste sentido, o *caveirão* significa “a criminalização da própria polícia, a desproteção das camadas populares e o estímulo ao desenvolvimento do crime organizado” (Machado da Silva, 1999:4). A desconfiança em relação ao Estado, as instituições públicas, reforça o estigma social que recaí sobre essa população dos bairros pobres e periféricos da cidade. Por outro lado, a presunção de que as associações de moradores sejam comandadas pelo tráfico torna ainda inoperante as ações da polícia, dos sistemas judicial e administrativos locais e contribui para o acirramento da segregação sócio-espacial como tem observado vários autores.

Continuando sua narrativa, diz que *a falta do Estado permite que o tráfico se instale; que as milícias se instalem; que as meninas se prostituem; que os jovens se envolvam com drogas, isso sim é a falta da mão do Estado.* Se o crime organizado é interpretado (numa relação de causa e efeito) como o resultado da ineficiência do Estado na manutenção da ordem pública, a ação das milícias supõe que o crime possa ser controlado (pela violência privada/ilegítima). Ainda sobre a atuação das milícias, diz que *se eles pelo menos atuassem sem cobrar da comunidade, e se só os proventos do que já está instalado lá que é o “gato-net”, o gás, essas coisas todas, isso não faria nenhum mal a comunidade... o tráfico oferece isso... de qualquer forma se a milícia sai o tráfico oferece isso só que o tráfico é mais violento... o problema todo é a cobrança que eles fazem pesada em cima do comércio local, das casas, dos moradores, e querer sitiar mesmo o local, isso é muito mais grave... tirar o seu direito e ir e vir, do cidadão... isso é muito mais grave, até mais do que a cobrança, eu diria, você está sitiado, tendo a toda hora que você entrar se identificar, essas coisas todas, você não tem o direito de ir e vir. Acho que isso incomoda muito mais a comunidade.*

Nesta fala, percebe-se a consciência crítica dos moradores sobre a perda de direitos, da cidadania também promovida pelo poder paralelo. A população parece ser contra ao empoderamento desses criminosos, mas forçosamente reconhece que o tráfico seria pior. No fim das contas, vive-se no pior dos mundos. Apesar de reconhecerem a violência no seu cotidiano, os entrevistados dizem que não pretendem sair de seu local de moradia, reforçando o sentimento de pertença (mas temos que considerar também que se trata de pessoas com fortes laços identitários na comunidade, sobretudo, líderes comunitários).

Ressalta nosso entrevistado que há muitos candidatos ao pleito municipal de 2008 querendo explorar a área. Na comunidade há quatro possíveis candidatos, sendo dois militares; um é líder de um centro social e outro vinculado a uma associação de moradores. Lembra que a associação de moradores da comunidade está “parada” há muitos anos. *Eu acho que muitas coisas aqui na comunidade não são resolvidas por ser uma comunidade pobre, com pouca cultura, é desunida. Porque, a partir do momento em que você se posiciona, em que você acredita numa pessoa e que você se organiza, fica difícil que as pessoas entrem na sua comunidade, leve o voto e não faça nada.*

Quando a democracia não garante o uso por parte da população de suas principais instituições, a cultura política passa a ser outra: os políticos articulam em seus nichos eleitorais estratégias destinadas a garantir as legendas como uma espécie de “marca-símbolo” reconhecidamente preciso na hora de ir às urnas.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Para uma análise da complexidade do problema, ver Wanderley Guilherme dos Santos (1993), sobretudo o capítulo 3, “Fronteiras do Estado Mínimo – indicações sobre o híbrido institucional brasileiro”.

É interessante observar que, mesmo com a entrevista agendada, José manteve seu celular ligado e recebeu vários telefonemas durante a nossa conversa. Parecia muito ocupado, com problemas para resolver ligados à comunidade. Entre uma pausa e outra, dizia que estava com cinco pedidos para realização de exames médicos de alguns moradores que não conseguiram nos postos de saúde; conta que participou de um projeto do estado para a alfabetização de jovens e adultos; que a partir daí ficou conhecido por fazer parte de um trabalho social e que começou a ser procurado por alguns políticos para fazer a mediação entre a comunidade, mas que seus pedidos raramente foram atendidos. Diz que trabalhou para vários políticos, mas que não tem vinculação partidária. *Na verdade, eu não tenho ideologia pelo partido; eu tenho ideologia pela comunidade.* Diz que é um *defensor nato da comunidade* e que todos o procuram quando estão em dificuldades. Perguntamos como faz para resolver esses problemas (como os dos pedidos de exames médicos), e José diz que recorre ao gabinete de uma vereadora, que com alguns telefonemas, *ela* [a vereadora] *consegue agendar esses tratamentos nas instituições.*

José organizou uma ocupação de terras com 150 famílias na região; tem denunciado a grilagem de terras que, em sua opinião, talvez tenha apoio político; é ainda o organizador das festas locais – carnaval, junina entre outras; luta pela construção de uma praça pública *para dar qualidade de vida e tirar as crianças de dentro do mato... uma praça pode melhorar o movimento econômico da comunidade, pois a pessoa pode instalar uma carrocinha...* e um campo de futebol, cujo projeto apresentou a prefeitura, tendo em vista que acredita ser esta a vocação comum da comunidade. Sua atitude de autopromoção presume-se a de um pré-candidato em campanha política. Contudo, confirma a prática da recorrência da população às lideranças locais, sejam pessoas ligadas ao tráfico, sejam agentes comunitários ou políticos locais, reforça a ausência dos canais de institucionalidade estatal ou pública.

Concluindo, a voz ecoa; em uníssono, falam das milícias. E permanece a nossa questão: o surgimento do poder paralelo nas favelas, conjuntos habitacionais, loteamentos clandestinos, enfim, nos bairros pobres e periféricos dos grandes centros urbanos justificaria a tese da autodefesa comunitária diante da ausência do Estado?

### **3. As milícias como “autodefesas comunitárias”**

No prefácio de Celso Lafer em *Sobre a Violência*, de Hannah Arendt, lê-se que “a violência só tem sentido quando é uma re-ação e tem medida, como no caso da legítima defesa. Perde sua razão de ser quando se transforma numa estratégia *erga omnes*, ou seja, quando se racionaliza e se converte em princípio de ação”. Com essas palavras, Lafer resumia a terceira parte do estudo de Arendt sobre a análise da hipocrisia como provocadora da violência. A falta de transparência no espaço público ocultaria a máscara da hipocrisia dos governantes que deveria ser arrancada pela violência (naquele momento histórico, a dos revolucionários de 1968). Por outro lado, a alusão aos grupos de autodefesas comunitárias colombianos está clara no discurso do prefeito do Rio de Janeiro. Mas sabemos que a realidade brasileira é outra, sobretudo o funcionamento da política local.

Vejamos primeiro, o histórico da ocupação do sub-bairro do Mendanha e a formação da comunidade da Carobinha para entendermos a lógica da apropriação territorial na região em consonância com o funcionamento da política local, como exposto na primeira parte deste trabalho e, por fim, as manifestações do surgimento das milícias nesta comunidade que poderiam sugerir a tese do prefeito ou apontar para a emergência de uma sociabilidade violenta de que nos fala Machado da Silva (1999).

### *A privatização dos circuitos do poder*

A Ocupação do bairro do Mendanha, em Campo Grande, teve início em 1987 com o envolvimento direto de grupos de esquerda, que propunham uma luta concreta contra o problema de moradia, do alto preço dos aluguéis, da especulação imobiliária que há duas décadas já atormentava a população do Rio de Janeiro. Militantes do antigo Coletivo Gregório Bezerra (CGB), depois como Partido da Luta Proletária (PLP) e, por fim, como Partido da Frente Socialista (PFS), tinham deixado de atuar no Partido Democrático Trabalhista (PDT) já atuavam no movimento comunitário da zona oeste. O CGB tinha participação na Federação das Associações dos Moradores do estado do Rio de Janeiro (FAMERJ).

Atentos as inúmeras irregularidades fundiárias na região, principalmente as grilagens de terras, aos problemas advindos com as fortes chuvas de 1988 que desabrigaram centenas de pessoas, os militantes da CGB foram reivindicar mais atenção dos políticos a frente da prefeitura. Não conseguindo resolver o problema, estes militantes partiram para a ocupação direta de terrenos devolutos na região. O movimento se formou com a participação de 500 famílias tomando de maneira organizada a área escolhida para o assentamento, sendo esses ocupantes orientados para não descuidar do meio-ambiente e, sobretudo, respeitar o lote do vizinho de maneira que a ocupação não virasse uma favela.

Em outubro de 1988 começou efetivamente a ocupação: cada quadra tinha uma representação onde era decidido em assembléia quem seriam os representantes. No início, a polícia militar fez inúmeras incursões a localidade desencadeando enfrentamentos e reações diversas por parte dos moradores. Mas, com o passar do tempo, as incursões da polícia foram rareando. A organização comunitária conseguiu algumas melhorias fazendo vigílias constantes na porta da prefeitura do Rio de Janeiro.

Em 1991, militantes da Convergência Socialista – grupo ligado a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) – se uniram a ocupação. Em meio às crises do mundo socialista, os membros da própria direção passaram a intervir menos; a militância começou a enfraquecer a tal ponto de permitirem a venda de terrenos e criando condições para a presença de traficantes na localidade. A mídia contribuiu para a divulgação de uma imagem negativa desta ocupação (cuja análise não podemos realizar neste momento).

Vale ressaltar que, hoje, a antiga ocupação do Mendanha convive com a criminalidade, com os conflitos entre as milícias e os traficantes, e outras mazelas sociais que fazem parte dos bairros de periferia no Rio de Janeiro. A favela da Carobinha, fruto desta ocupação, foi palco do localismo que pressupõe uma política menor como atributo básico da deflagração de interesses individuais lançados no âmbito geral.

O que parece ser bom para a comunidade, de acordo com a fala dos entrevistados, na verdade esconde a manutenção da perversidade do que vem sendo chamado de “política das bicas d’água”. Em várias literaturas especializadas, esta terminologia virou conceito semelhante ao do clientelismo como indicador da prática do favoritismo. Eli Diniz (1982:17), citando Roberto Schwarz, diz que “o favor é nossa mediação quase universal”, apontando para a seqüela de anos de desequilíbrio de um país que progrediu economicamente sem incorporar os valores da revolução burguesa, onde a sobrevivência de grupos depende da constante reciprocidade que nega a e inferioriza a relação social e a emancipação humana.

O clientelismo, segundo a autora, resolve de maneira sórdida a relação mercado e planejamento estatal, quando a classe dominante tenta amenizar suas devastadoras ações contra o patrimônio da classe subalterna, sem deixar perceber que a reprodução do favorecimento e reciprocidade azeita, constantemente, a máquina clientelista. O clientelismo e a democracia são pólos opostos; o clientelismo subverte a cultura jurídica liberal burguesa e a autonomia de suas instituições.

### *O ritual e a mística dos milicianos nas falas dos moradores da Carobinha*

O que se observa na região é que os milicianos são grupos paramilitares que expressam visivelmente traços da subcultura policial. De acordo com os moradores, os encontros da milícia na comunidade da Carobinha, em Campo Grande, se dão bem cedo, na parte da manhã e em uma padaria local, no centro nervoso da comunidade. Ali, no espaço público como um QG, eles distribuem os setores de atuação do dia; ali eles dividem as tarefas, ou seja, a ronda diária pelas ruas da comunidade. A vigia e o patrulhamento comunitários assemelham-se ao da prática policial, obviamente devido ao pertencimento de alguns de seus membros aos quadros das forças armadas, das polícias civil e militar e até dos bombeiros.

Outro fator que contribui para essa imagem é que os membros desses grupos estão sempre uniformizados. De acordo com as informações dos entrevistados, o traje é composto de camiseta cinza, calça preta, bota de campanha e a ostentação de armas de fogo. Essa imagem tem sido amplamente divulgada pela mídia. Apresentam ainda a palavra “apoio” escrita na camiseta (tal como as que usam as inúmeras equipes de segurança que se espalham pelos condomínios de luxo no Rio de Janeiro ou em produção executiva de grandes espetáculos de massa). No entanto, outros moradores falaram que os milicianos circulam pela comunidade à paisana, tornando difícil, muitas vezes, a identificação dos membros desses grupos com aqueles contratados para a segurança privada de algum condomínio ou da rede de comércio local. A visão de pessoas circulando pela comunidade, nesse ritual, promoveria uma noção indevida de proteção que caberia à polícia.

Apesar das denúncias constantes através da mídia, o sentimento (difuso) da população quanto aos vereadores e deputados envolvidos com a atuação das milícias é de agradecimento. Existe uma gratidão que acompanha o discurso de cada entrevistado (mesmo os mais temerosos e reticentes em suas afirmações) quanto à atitude severa dos “justiceiros”. Falam claramente aliviados sobre a mudança gerada pela presença da milícia. A frase “estamos juntos e misturados”, proferida por um dos entrevistados, mostra a nova faceta do clientelismo renovado pelas milícias organizadas por políticos nesta localidade. Para Santos (1993:80), “o indivíduo isolado, não-poliárquico, pobre em laços de congraçamento social, prefere negar o conflito a admitir que seja vítima dele”. As ambigüidades nas falas dos moradores revelam a situação-limite em que vive essa população, a perda da cidadania e do direito à cidade.

Benildo, 47 anos, inspetor de escola, lembra que conhece um dos políticos envolvidos com as milícias *desde menino; ele era pequenino assim... depois foi pra policia e junto do irmão dele faziam a segurança da área e quebravam quem era bandido, desbancaram o jogo de ronda do Mendanha*. A princípio, Benildo resistiu em falar sobre a milícia e seu envolvimento com esses políticos. *Não sei nada disso não! Tão falando desse envolvimento lá na Carobinha, sei que eles faziam muito pelo Mendanha, mas na Carobinha muitos milicianos são de lá mesmo... quanto aos serviços cobrados, o gás eu sei que é deles ; sobre a gato net isso não sei não!*

Como se o entrevistador já estivesse perguntando demais, Benildo controlava as respostas como quem detinha valiosas informações perante alguém que insistia em consegui-las. E afirmava: *aqui no bairro [referindo-se ao Mendanha], são os próprios moradores que controlam a bandidagem; não tem a milícia não...mas na Carobinha é a milícia... muitos deles são ex-traficantes que passaram para o lado da milícia para não morrer*.

De fato, como assevera Gilberto Velho (1996:18), “no próprio mundo do crime organizado registram-se atitudes e comportamentos que podem estar reproduzindo mecanismos de patronagem, ao lado de manifestações de um individualismo frenético”. Essa mobilidade perversa (desses supostos ex-traficantes que passaram para o lado das milícias) associa-se “a ideologias individualistas agonísticas com pouco ou nenhum compromisso com idéias de reciprocidade e justiça social” (Velho, 1996:19). Concordamos com os autores que asseguram

que os pobres tornaram-se vítimas preferenciais desse tipo de banditismo, mas não identificamos, nesta etapa da pesquisa, os fortes laços de lealdade, mas tão-somente o temor da represália expressada na “lei do silêncio”, na constante desconfiança em falar com os “de fora” e o sentimento generalizado de impotência frente às dificuldades de acesso aos serviços de saúde e da justiça, ou seja, aos direitos universais da cidadania.

A ação das milícias nos bairros do subúrbio carioca veio a tomar o lugar dos traficantes de droga em algumas favelas. Com grande poder de fogo eles tomaram de assalto a casamata dos traficantes e desbarataram as quadrilhas existentes. Na Carobinha ocorreram incursões diárias causando a morte de muitos jovens, a maioria como suspeitos de participação no tráfico, o que confirma as pesquisas sobre a vitimização juvenil.

O poder público muitas vezes faz “vista grossa” para a ação e a ousadia dos milicianos. As milícias, em determinadas localidades, assumem características próprias. Nas comunidades existem grupos mais ou menos organizados. No sub-bairro do Mendanha, a milícia, em suas áreas de controle, expõe a marca do morcego, o *Batman*, das histórias em quadrinho, indicando a população o grau organizativo do grupo miliciano. O símbolo do *Batman*, também conhecido como o “Justiceiro da Noite”, é interessante nas associações e afinidades que revela: a mística desses milicianos nutre-se da imagem do herói justiceiro presente no imaginário popular, capaz de manter a lei e a ordem em uma cidade flagrada no momento em que o sistema público de segurança exauriu-se, tornando ineficazes os mecanismos de controle social.

Antes deste *marketing* a população já identificava os políticos acusados de custear e chefiar as milícias da região cujos nomes são amplamente divulgados pela imprensa. A milícia da zona oeste se autodenomina “Liga da Justiça”, em uma alusão a força do poder paralelo na interface entre cultura popular e política. Como não havia provas suficientes para criminalizá-los (apesar de a investigação ter comprovado a participação direta desses políticos), eles continuam em seus cargos. Tudo indica que, após a recente cassação de dois mandatos pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, os parlamentares parecem não estarem dispostos a aceitar novas denúncias.

### ***Os bailes funk sob o controle das milícias***

A sociabilidade nas comunidades de baixa renda realiza-se em torno dos bailes *funk*. O baile *funk* nas favelas cariocas revela o enfraquecimento do samba compreendido como elemento de valorização cultural nestas áreas. Por muito tempo os bailes *funk* ficaram vetados na comunidade, pois representavam o domínio do tráfico na região. Aos poucos, a milícia começou organizando “matinês” que acontecem, no máximo, até as dez horas da noite, atendendo assim a uma demanda da comunidade.

Com a morte dos muitos “jovens-soldados” e a prisão de traficantes que acabaram se tornando celebridades devido à intensa exploração da mídia, os bailes foram extintos da programação cultural da comunidade. Esses líderes pagavam pelo uso de todo o equipamento acústico. Crianças, jovens e adultos freqüentam estes bailes agora organizados pela milícia. Anteriormente organizado pelo tráfico, o baile é o grande acontecimento na comunidade: meninos e meninas da localidade ficam a espera dos MC’s que irão cantar os sucessos do momento.

Geralmente, nos bailes das comunidades do Rio de Janeiro, as letras são carregadas de apologia a cultura do tráfico. São proferidos como num culto religioso: o nome das regiões onde atuam as facções; o nome dos mártires dos confrontos; relatos dos embates; nome dos batalhões responsáveis pela área. Na comunidade da Carobinha não é diferente.

A propagação constante de uma sociedade em guerra, por fim, acaba promovendo a violência e naturalizando certos aspectos da vida coletiva. Transcrevemos aqui uma letra de

música muito popular entre os jovens desta comunidade, cantada por alguns de nossos alunos, cuja autoria da canção não foi possível de identificar, mas que ilustra o que temos exposto: o estigma do *funk* ligado à criminalidade, os termos da glorificação da violência.

### **Bonde da caroba**

*Eu vou pedir ao patrão pra trocar tiro com os cú rosa / Hu! tá na moda este é o bonde da Caroba!  
E na Vintém vem o Celsinho, e na Caroba o PC / Obrigado meus amigos / Por me fortalecer  
Oi no Pinheiro vem o Linho / No Adeus vem Uê / No São Carlos o Gangangan / e na Caroba o Pc  
Oi na Caroba...incorporado / O som dos mais amigos por todo o lado  
Não importa sua facção eu tenho a minha / O Ronaldo jogador quase joga na linha  
Os mano já tão bolado você sabe o que é certo / Quando Eurico...joga bola no inferno  
Da vintém vem o Celsinho / Da Quadra Cem vem o PC / Obrigado meus amigos por me fortalecer  
Do Pinheiro vem o Linho do adeus vem Uê...*

No plano subjetivo das explicações, viver em um bairro periférico e seu cenário sombrio (como na cidade de Gotham City, de *Batman*) desperta, sobretudo na subcultura jovem, a figura do herói e a expectativa de solucionar o cotidiano violento da urbe através da aplicação de uma lei pessoal.

Podemos observar áreas de conflitos de interesse quando se desloca o impasse para o plano do poder e das responsabilidades sociais. No plano do poder, não há questionamento social, apenas interferência individual do herói (rebeldes ou criminosos são também indivíduos singulares) como defensor de um modelo alternativo ao controle de polícia, ou de outros grupos rivais.

Lembramos que a representação clássica do herói é a de um ser intermediário; é ele quem faz a ponte entre os mortais e os deuses; ainda é aquele que apascenta a ira dos deuses, vence os obstáculos e triunfa aonde o mais forte dos homens não resistiria. A noção hodierna do herói justiceiro, presente nas falas dos moradores destas comunidades, decerto é reveladora de uma má-consciência sobre as responsabilidades dos sujeitos privados e expõe os limites do modelo jurídico/social em que vivemos.

Por analogia, o herói é também aquele político que faz a mediação contra a arbitragem das instituições (que preza o acesso diferenciado aos serviços públicos) e consegue, à custa dos processos formais e informais existentes na sociedade hierarquizada, o agendamento de um atendimento médico ou um exame não-rotineiro; obter uma vaga na escola pública; um emprego ou outros benefícios sociais para a sua clientela excluída pela violência institucional, política, econômica que caracteriza a desigualdade da democracia participativa brasileira.

Para sociólogos como Giddens, Beck e Lash (1997:25-26), estaríamos vivendo um tempo de retorno dos indivíduos à sociedade impulsionados pelo processo de individualização como forma social, “sob as condições gerais e os modelos do *welfare state*” que obriga o sujeito à responsabilidade de sua própria biografia (reflexiva): a individualização “significa a desintegração das certezas da sociedade industrial, assim como a compulsão para encontrar e inventar novas certezas para si e para os outros que não a possuem”. Vivendo sob o risco da insegurança, a inversão dos valores é óbvia: onde há riscos, há transgressão social, opções divergentes, e, por que não dizer, interpretações difusas na construção social da realidade.

## **4. Considerações finais**

As referências as milícias nas falas dos moradores da periferia não são simples metáforas ou repetições de termos amplamente divulgados pela mídia. São relatos de uma experiência de convívio direto com a violência imposta pela organização do tráfico, dessas milícias e da repressão policial. Apesar da pesquisa incipiente, a observação participante e as entrevistas

semi-estruturadas (gravadas ou não) possibilitaram uma interpretação provisória do fenômeno das milícias nos bairros de Guaratiba e Campo Grande da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro e a confirmação de um poder paralelo como expressão máxima da ausência do Estado.

No esforço de focar o problema em si, percebemos que na lógica da ação das milícias, não há autodefesa comunitária, nem solidariedade comunitária, nem heróis revolucionários.

Isto nos leva a supor que, na racionalização da violência imposta, seja pelo Estado, seja pelo crime organizado, estaria implícita a gênese de um padrão de sociabilidade violenta (não radicalmente nova como diria Machado da Silva, e já criticada por Michel Misse), mas que as inflexões são percebidas quando se observa as manifestações e materializações do poder nas relações sociais contemporâneas. Mas esta seria outra pesquisa.

De fato, a tese que reforça esta nossa visão diz respeito à questão da ascendência do poder sobre a violência, formulada por Hannah Arendt. Esta asserção corrobora no entendimento de que a sociabilidade violenta não se circunscreve aos grupos marginalizados; se estende ao tecido social do qual todos partilhamos. A violência, como lembrou a filósofa (1994:38), “aparece como o último recurso para conservar a estrutura do poder”.

Somente a continuidade da pesquisa e novos aportes teóricos possibilitarão as revisões de nossas reflexões, superar o esquematismo da exposição, bem como propor novas indagações e interpretações mais próximas da realidade.

## Referências bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. 1994. [1969]. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- DINIZ, Eli. 1995. “Apresentação”. IUPERJ. *Violência e participação política no Rio de Janeiro*. Série Estudos, n.91, pp. 1-3.
- \_\_\_\_\_. (org.). 1982. *Políticas públicas para áreas urbanas: dilemas e alternativas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. 1997. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. da Univ. de Campinas.
- LEAL, Victor Nunes. 1997. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- LEITE, Márcia Pereira; OLIVEIRA, Pedro Paulo. 2005. “Violência e insegurança nas favelas cariocas: o ponto de vista dos moradores”. *Estudos de Política e Teoria Social*, n.13, pp.14-43.
- MACHADO DA SILVA, Luís Antonio. 1999. *Criminalidade violenta e ordem pública: nota metodológica*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR.
- MESQUITA NETO, Paulo de. (2001). Crime, violência e incerteza política no Brasil. n. 91. *Cadernos Adenauer II*, n. 1, pp. 9-41.
- MISSE, Michel. 1995. “Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica, acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas”. IUPERJ. *Violência e participação política no Rio de Janeiro*. Série Estudos, n.91, pp. 23-39.
- \_\_\_\_\_. *Crime Urbano, Sociabilidade violenta e ordem legítima. Comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva*. Mimeo, s/d.
- REZENDE, Jó. 1985. *Como se faz a luta de bairros. Depoimento a Neusa Miranda*. Petrópolis: Vozes.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. 1993. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- SILVA, Hélio. MILITO, Cláudia. 1995. *Vozes do meio-fio. Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- SOARES, Luiz Eduardo. 1996. “Criminalidade urbana e violência: o Rio de Janeiro no contexto internacional”. In: \_\_\_\_\_. *Violência e política no Rio de Janeiro*: Rio de Janeiro: Relume-Dumará:ISER, PP.165-188.



TISCORNIA, Sofia. 2001. "Usos e costumes portenhos: a trama social da violência e o poder de polícia". *Cadernos Adenauer II*, n. 1, pp.111-131.

VELHO, Gilberto. 1996. "Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica". In: VELHO, Gilberto. ALVITO, Marcos. *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ:Editora FGV, pp. 11-24.